

O herói no seu provir:
D. Afonso Henriques entre evocação e imagem

Luís Cunha

I

Pode à partida ser olhado com alguma estranheza e mesmo desconfiança o contributo que um antropólogo possa dar a um Congresso como este, aparentemente tão centrado na problemática histórica e tão definido e específico no seu tema. O que me estimulou a estar aqui presente foi antes de mais o interesse por esse objecto de estudo fascinante que é a memória do tempo passado. Porém, diferentemente do uso que o historiador com mais frequência lhe dá, o que nessa memória busco não é tanto a reconstituição do passado, mas a apropriação que dela se faz e a torna, afinal, matéria-prima fundamental na configuração do presente. O contributo que a este Congresso posso trazer resulta pois, desde logo, da possibilidade de cruzarmos olhares e de, partindo de diferentes preocupações e distintas bases teóricas, podermos construir uma reflexão *acrescentada* sobre o que do passado ficou e do uso que dele se faz.

A figura de Afonso Henriques ajusta-se sem dúvida bem a este cruzamento de olhares e reflexões que julgo ser possível fazer. Do que me ocuparei especificamente é da dimensão heróica que se lhe atribui e que fez dele um *herói nacional* por excelência. Esta dimensão particular da personagem histórica, que venho estudando há já algum tempo¹, levanta questões gerais - quais as circunstâncias que produzem o herói nacional?, qual a sua *utilidade* social?, que efeitos produz a sua acção na sociedade que o evoca? - e questões

¹ Nomeadamente no âmbito do seminário europeu “Les heros nationaux: construction et deconstruction”, que decorre desde Julho de 1995 e é organizado por “La Mission du Patrimoine ethnologique” e “Ecomusée du Creusot-Montceau” (França), “Deutsches Hygiene Museum” (Alemanha) e “Vereine für Volkskunde” (Áustria).

específicas, exactamente as que se prendem concretamente com Afonso Henriques e com a apropriação que dele se faz. Desta forma a minha comunicação desenvolver-se-á em torno de três eixos, que sendo separáveis analiticamente, procurarei que surjam integrado em termos de exposição. O primeiro deles prende-se com a discussão do conceito abstracto de herói nacional; o segundo com a circunstância que faz de Afonso Henriques um herói da nação e o terceiro com a apropriação da representação desse rei no tempo histórico.

É talvez útil um esclarecimento prévio, que afinal não é senão um reforço do que atrás se disse. Não sendo historiador o que eu pretendo aqui não é tanto compreender a *acção concreta* de uma personagem histórica, mas abordar a sua *representação*. Quero com isto dizer que Afonso Henriques continua *vivo* e produzindo história, isto é, dando sentido e ajudando a interpretar a realidade que nos cerca. É assim no presente, por exemplo com este Congresso, que procurando explicar a Idade Média não deixa de nos situar a nós na contemporaneidade, como foi também assim no passado. Face e verso da mesma moeda, à grandiosidade da figura histórica corresponde a apropriação que as gerações vindouras dela fazem. É justamente esta transformação do sujeito real em representação, essa transformação que afinal o eterniza, que prenderá aqui a minha atenção.

Um primeiro aspecto pertinente é então o da distinção entre o tempo histórico real, quer dizer, o tempo histórico em que a personagem viveu e a posterior activação dessa mesma personagem. Relativamente a Afonso Henriques esta é uma distinção relevante, já que a sua ‘promoção’ a herói nacional se faz fora do seu tempo histórico. Não cuidaremos de discutir nesta ocasião a possibilidade de uma personagem se tornar herói nacional no seu tempo, podendo, todavia, aceitar provisoriamente a ideia de que em determinadas circunstâncias é possível a corporização em alguém vivo do conjunto de predicados que formam o herói nacional. Em todo o caso, e relativamente a Afonso Henriques, parece evidente que a sua heroificação é posterior à sua morte, desempenhando nela o século XVI um momento chave, nomeadamente com a consolidação de uma narrativa de fundação

centrada na Batalha de Ourique², bem como com a primeira tentativa de canonização desse rei em 1556³.

II

Temos pois perante nós um rei que séculos após a sua morte se torna herói fundador da nação, dessa forma encarnando o que ela tem de fundamental e específico. A questão inevitável que se coloca e para a qual procuraremos encontrar resposta é a de saber quais os factores que produzem o herói nacional, que materiais simbólicos o constituem. Surge como particularmente importante a associação de duas condições imprescindíveis. Em primeiro lugar a participação da personagem num feixe de *virtudes*, quer dizer de valores positivos, antes de mais de ordem moral - coragem, bondade, justiça, etc - mas que podem também ter um carácter tão profano como a beleza ou o virtuosismo num qualquer domínio artístico. Esta predisposição à virtude não faz por si só o herói nacional. Ela pode seguramente produzir ídolos no desporto ou estrelas no cinema, pode também conferir particular visibilidade a personagens históricas que pelos seus cometimentos se eternizaram como modelos de coragem ou honorabilidade, mas não assegura o estatuto de herói nacional.

Chegamos então à segunda condição necessária à produção do herói nacional, exactamente a da participação ou remetência da personagem para uma *acção política* de dimensão nacional. A atribuição de uma acção relevante do ponto de vista de uma certa ideia de nação - seja quanto à sua 'fundação', seja quanto à sua 'consolidação' ou superação de 'crise' - é fundamental do ponto de vista do discurso da heroicidade. Tal como a primeira condição, também esta só por si não é suficiente. Um 'grande político', mesmo desempenhando a sua acção em circunstâncias históricas particularmente apelativas, não se torna necessariamente herói nacional. É na conjunção destas duas condições que esse estatuto

² cf...

³ cf...

pode ser adquirido. O *herói nacional* será então aquela personagem a que, num determinado momento histórico e de forma significativamente abrangente do ponto de vista social⁴, se lhe atribua a promoção de uma *causa nacional*, feita através de uma acção concreta eficaz e da participação num conjunto de virtudes que transcendem o homem comum.

Em Afonso Henriques, não no seu tempo, mas na apropriação que dele se faz em mais que um momento histórico, projecta-se precisamente este conjunto de factores. Desde logo um conjunto de virtudes que o distinguem do homem comum - podemos referir a coragem, mas também a proximidade a Deus, factor que legitimaria a canonização. Por outro lado um protagonismo político fundamental no que se entende ser o processo de constituição da nacionalidade portuguesa. Parece indiscutível que esta conjunção de factores é decisiva para que em determinados momentos históricos se veja em Afonso Henriques um indiscutível herói nacional. Se através das virtudes que encarna e das acções que desempenha, a essa personagem se atribui um papel fundamental na promoção da *causa nacional*, então quando as circunstâncias sugerem uma *crise da nação* essa personagem tende a ganhar visibilidade acrescida.

⁴ Evidentemente que tanto a questão do momento histórico, como a da abrangência da figura do herói nacional, são nucleares na discussão desta problemática. Não sendo este o momento para as abordar de forma mais aprofundada, quero ainda assim dizer que a questão do momento histórico nos remete para a hipótese da contemporaneidade do herói, tema a que ainda voltarei. Quanto à segunda questão deixar duas notas. A primeira para dizer que nenhum herói gera a unanimidade, a segunda para defender que o herói transcende a dimensão do grupo - étnico, cultural, etc - para se afirmar como 'nacional' justamente quando consegue abranger transversalmente o tecido social ou, dito de outra maneira, quando o *discurso dominante* dele se apropria conferindo-lhe visibilidade.

III

Antes de avançarmos nesta abordagem de Afonso Henriques como herói nacional, é necessário retermo-nos por breves momentos na ideia de nação. Impõe-se de facto chamar a atenção para algo que apesar de ser evidente é importante que seja dito. Refiro-me ao carácter construído dos conceitos de nação e de identidade nacional, quer dizer, à ideia de que neles nada existe de *natural*. Não resisto a citar uma frase proferida pelo professor Freitas do Amaral na abertura solene deste Congresso. Referindo-se ao sentido deste evento defendeu a ideia de que nele se dever a “afirmação livre e viril da nossa verdadeira identidade nacional”. É sobre esta *verdadeira identidade nacional*, que tende a surgir como algo tão profundo que transcende o sujeito e a circunstância histórica, que importa reflectir um pouco antes de avançar nesta comunicação.

A nação deve ser entendida antes de mais como a corporização de uma identidade, mas de uma identidade que se afirma e consolida no tempo histórico concreto e que por isso mesmo não é nunca um ‘edifício’ definitivamente acabado. Significa isto que a nação deve ser entendida enquanto *espaço de reconhecimento*, desde logo espaço físico delimitado por fronteiras, mas também lugar de afirmação de uma identidade partilhada e, deste ponto de vista, lugar simbólico e ideológico que é também espaço de luta - justamente ao nível da construção daquilo a que se chama *identidade nacional*. Entendida desta forma, esta identidade a que tão frequentemente se recorre, assume um carácter dinâmico que quase sempre fica esquecido. Produto inacabado por definição, o que torna *verdadeira* a identidade nacional não é senão a circunstância histórica que a legitima.

Este entendimento dinâmico e circunstancial da identidade nacional explica as *crises* que esta vai sofrendo. Elas resultariam então de uma espécie de tensão entre a persistência de um conjunto de valores cristalizados e a sua inadequação a momentos históricos concretos. Um exemplo breve ajudará talvez a entender melhor o que pretendo afirmar. Como adiante veremos, o período filipino e a Restauração são momentos

fundamentais na heroificação de Afonso Henriques. Para o que aqui nos interessa, esses momentos são interpretados por segmentos significativos da sociedade portuguesa da época como momentos de *crise*, quer dizer, de diluição da identidade nacional. Por Afonso Henriques passa então o esforço de reafirmação de um conjunto de valores que ele encarna e se entende que identificam a *verdadeira nação*. Não aquela que vive em crise, mas aquela que a superará, reconciliando-se com o que lhe é próprio e perene.

IV

Ao herói nacional cumpre pois desempenhar um papel fundamental. É neste sentido que o destino da nação se confunde com o destino do herói. Deste provém um conjunto de virtudes e valores em que a nação se revê, bem como uma acção política traduzida na promoção de uma causa nacional. Existe porém uma exigência qualitativa para que uma dada personagem assuma o papel de herói nacional. Algo de difícil definição, mas que aqui traduzirei como um triplo efeito de deslocamento ou engrandecimento dessa personagem.

Em primeiro lugar o herói nacional deve superar os traços particulares para se identificar com a nação. Quer dizer, deve perder a sua singularidade para assumir algo que o transcende, de tal modo que os defeitos desaparecem e as virtudes são afinal as da nação, ainda que se manifestem numa personagem concreta. Segundo ponto, o herói nacional deve superar o circunstancialismo histórico, fundando, refundando ou consolidando uma identidade perene. É nisto que reside a *verdadeira identidade nacional* de que já falámos e é por aqui que o herói se evoca para a legitimar. Finalmente o herói nacional deve superar a sua dimensão humana, colocando-se do lado da sobre humanidade, nomeadamente através do sacrifício ou da santificação.

Estamos portanto perante uma transformação, um deslocamento, que configura o engrandecimento de uma personagem. Efeito complexo que dá nascimento ao herói

verdadeiramente nacional e confere consistência e durabilidade à sua acção histórica. Herói que funda ou refunda a nação, ou então que a defende dos perigos que a ameaçam, mas que acaba por se confundir com ela. Nada neste efeito de engrandecimento impede que ele ocorra em vida da personagem. O fundamental, seja venha o herói contemporâneo ou venha do passado, é que a sua acção seja interpretada de forma a projectar nela este deslocamento da personagem - da sua singularidade para a nação; da circunstância histórica para a perenidade e da humanidade para a sobre humanidade.

V

As considerações que acabámos de fazer conduzem-nos finalmente do processo de *apropriação* de uma certa representação de Afonso Henriques. Como já foi dito, devemos vê-la não no seu tempo histórico, mas no que ocorre posteriormente, tendo sempre em atenção essa articulação a que acabamos de aludir, entre o herói nacional e a circunstância histórica em que adquire ou recupera visibilidade. Neste ponto procurarei mais lançar pistas do que dar respostas. Não terei outro objectivo senão o de ilustrar, a propósito de dois momentos históricos concretos, a coincidência clara entre a promoção ou o apelo a Afonso Henriques e situações interpretados como sendo de crise. A questão não se esgota, naturalmente, nem nessa personagem nem nesses momentos históricos. Haveria que recorrer tanto aos momentos em que os heróis nacionais - e não apenas aquele que aqui nos trouxe - ganham importância e visibilidade, como aqueles em que parecem desaparecer, substituídos por figuras de dimensão internacional ou por uma sucessão de 'estrelas' do espectáculo ou do desporto. Não é esta a ocasião para enveredar por uma análise deste tipo, pelo que, como já disse, me limitarei a duas ilustrações, sem quaisquer intuitos de exaustividade.

No primeiro desses exemplos serei breve, não porque seja de menor importância, mas porque o meu trabalho se tem orientado numa outra direcção. Não quis, ainda assim, deixar de lado períodos fundamentais na constituição de uma narrativa em torno

de Afonso Henriques, como são os séculos XV e XVI. De facto, esses parecem ser séculos decisivos, quer através de uma narrativa de fundação em torno da Batalha de Ourique, quer através da tentativa de canonização de Afonso Henriques. Ana Buescu sugere, como génese do primeiro destes aspectos a *Crónica dos Sete Primeiros Reis de Portugal* (1419), onde pela primeira vez se alude ao milagre ocorrido nos campos de Ourique⁵. Recorrendo a José Mattoso, a mesma autora não deixa de notar a proximidade de 1385 naquilo que aponta como uma substituição de São Mamede por Ourique com evento fundador⁶.

O segundo aspecto relevante, a tentativa de canonização de Afonso Henriques, apenas ocorre em meados do século XVI com D. João III, numa altura em que a importância do primeiro rei e dos acontecimentos sobrenaturais de Ourique surgiam suficientemente consolidados. É importante notar ainda que com o domínio filipino e com a Restauração algo se acrescenta a estes processos. Em primeiro lugar com a descoberta e publicação em 1599 do juramento de Afonso Henriques, que “representa (...) a garantia da continuidade em que avulta uma dimensão promissória e imperial”⁷. Em segundo lugar com a reabertura do processo de canonização logo em 1641. Tanto nesta ocasião como em 1385 o processo de emergência ou consolidação de uma narrativa em torno da *natureza* da nação e do seu *destino* é induzida por factores semelhantes, que podemos traduzir por crise ou reajustamento de uma identidade.

O segundo momento que usarei como ilustração, permite acrescentar uma nova dimensão ao problema, exactamente a do ‘renascimento’ simbólico do herói noutra época histórica. Falo, naturalmente, do estado Novo e de Salazar e da utilização que nesse período histórico vem a ser feita de Afonso Henriques. Também aqui o contexto é de crise, interpretada como desagregação da *verdadeira identidade nacional*, fruto, sobretudo, da

⁵ Cf. Buescu, Ana Isabel, “Vínculos da memória: Ourique e a fundação do Reino”, in Centeno, Yvette, Kace (org.), *Portugal: Mitos Revisitados*, Lisboa, Edições Salamandra, 1993:15.

⁶ Idem, p.25.

⁷ idem, p.18.

penetração de valores *estranhos* à nação. O que se exige então é antes de mais o corte com o passado e a *refundação* da nação quer dizer, a retomada dos seus valores tradicionais e perenes. Várias dimensões se cruzam na persecução deste objectivo, mas uma deles prende-se com a constituição ou reforço de um panteão de heróis, do qual Afonso Henriques inequivocamente faz parte. Todavia, o que mais me interessa referir aqui não é simplesmente essa valorização de Afonso Henriques, mas a sua encarnação em alguém vivo e que simbolicamente lhe repete os gestos.

A identificação de Salazar com Afonso Henriques é assumida e consciente nalguns pontos, sendo disto mesmo ilustração clara um conhecido bilhete-postal onde a cabeça de Salazar surge no corpo do rei fundador e onde pode ler-se no escudo “Tudo pela Nação, nada contra a Nação”, em cima “Salazar – Salvador da Pátria” e na base, como que sustentando aquela representação, “Ditosa Pátria que tais filhos tem”. Esta expressão acaba por dirigir-se a ambas as personagens, dessa forma as associando a esse valor fundamental que é a Pátria. Do ponto de vista simbólico o postal procura produzir esse efeito quase mágico de elidir o tempo, de fazer com que passado e presente se fundam naquilo que deve surgir como essencial: uma identidade perene associada a uma alma nacional, que mesmo estando adormecida pode sempre renascer, nomeadamente por acção de homens singulares em quem a nação se corporiza, como são Afonso Henriques e Salazar.

Para lá desta sobreposição clara e assumida de duas personagens de tempos históricos tão distantes, parece-me possível reflectir sobre este problema de uma outra forma, procurando um sentido menos evidente mas mais estrutural. Se, como atrás defendi, o herói se afirma no seu desígnio nacional através de um efeito de deslocamento e engrandecimento, então Salazar enquanto “encarnação” de Afonso Henriques, deve passar por um processo semelhante. Apontámos três dimensões nesse deslocamento: o herói supera o particular para se afirmar na nação; o circunstancialismo histórico para afirmar a perenidade e a sua dimensão humana para se projectar numa dimensão sobre-humana. O nosso objectivo será então o de testar a aplicabilidade deste efeito de engrandecimento em Salazar, ou, melhor dito, na imagem que dele se constrói no Estado Novo. É talvez útil sublinhar que não estamos

a falar de nada que seja inconsistente. Trata-se aqui de abordar discursos e representações em torno das quais a *verdade* se constrói e que por isso mesmo são fundamentais para a eficácia de um sistema político de tão longa duração com o Estado Novo.

Vejamos então, um por um, esses três efeitos de engrandecimento. O primeiro deles surge de forma que me parece clara. Num primeiro plano porque não é senão disso que o Estado Novo nos fala quando insiste na superação dos interesses particulares e aparentemente divergentes pela concretização de um projecto nacional. Depois, no que diz respeito propriamente à personagem, Salazar surge como o agente fundamental dessa afirmação da nação. Deste ponto de vista o seu destino confunde-se com o do País, unificando-se os dois numa coisa só. A metáfora da “boa dona de casa”, que encontramos logo em 1933⁸, corresponde bem a esta ideia, bem como a sugestão de um Salazar solteiro, mas “casado” com a nação. Tanto num caso como no outro temos a confusão de dois planos, o do destino individual e o do destino de uma comunidade, que não só é gerida pelo ditador como nele se corporiza.

Como atrás foi dito, o segundo efeito de engrandecimento verifica-se na superação do circunstancialismo histórico e na afirmação da perenidade. Afonso Henriques *fundou* a nação por vontade divina opondo-se aos mouros infiéis. Ao fazê-lo “edificou” uma entidade perene, sustentada em valores imperecíveis que dão conteúdo à “alma nacional”. Razões de circunstância histórica fizeram com que a nação se afastasse do seu “rumo”, esquecendo os valores que lhe davam sentido e descaracterizando-se. Este discurso de perda de identidade é recorrente no Estado Novo, surgindo Salazar como a corporização da vontade de *re-fundar* a nação. Num certo sentido deve fazê-lo imitando os gestos fundadores de Afonso Henriques. É certo que Salazar não luta contra mouros infiéis, mas deve opor-se à descrença, que é fomentada a partir do exterior, impondo valores estranhos à nação e que desse ponto de vista são similares a um *inimigo*. Salazar protagoniza, portanto, a reconciliação do País com os traços perenes que lhe dão identidade e é justamente nessa medida que transcende a

⁸ Cf. Ferro, António, *Salazar – o homem e a sua obra*. Moisés Martins tem reflectido sobre esta questão, cf., nomeadamente, *O olho de Deus no discurso salazarista*, Porto, Afrontamento, 1990:161 sgg.

circunstância histórica.

Chegamos finalmente ao terceiro ponto, o do deslocamento do humano para o sobre-humano. Ao contrário do que aconteceu com Afonso Henriques, não se conhece nenhuma tentativa de canonizar Salazar. É todavia certo que a dimensão providencial atribuída ao ditador o distingue do comum dos mortais: a tarefa que a si mesmo se atribui, a de salvar o País do abismo em que parece mergulhar, só pode ser realizada por um homem singular, um verdadeiro “salvador da Pátria”. Mas da sobre humanidade de Salazar existem ainda outros sinais. Encontramos um na oração de agradecimento que circulou em Portugal aquando do atentado à sua vida em Julho de 1937 e que concedia 50 dias de indulgências a quem recitasse devotamente tais preces⁹. Tal como no milagre de Ourique a intervenção divina possibilitou uma vitória militar e com ela a “salvação” da nação, a sobrevivência de Salazar ao atentado permite a continuidade de uma obra que em última instância é vontade divina.

Mas existe uma evidência ainda maior da proximidade de Salazar ao sobre-humano. Falo da sua ligação ao milagre de Fátima. Julgo ser desnecessário chamar a atenção para a importância que Fátima vem a desempenhar ao longo do Estado Novo. Ela torna-se o altar do mundo, dessa forma provando o lugar singular de Portugal na história¹⁰. Faz pois sentido que a esse lugar estratégico no imaginário português da época esteja associado o “salvador da Pátria”. E não é qualquer pessoa que tece essa associação. Não é outro senão o Cardeal Cerejeira, que escrevendo ao seu amigo António Ihe diz: “Tu estás ligado a ele [milagre de Fátima]: estavas no pensamento de Deus quando a Virgem Santa preparava a nossa salvação. E tu ainda não sabes tudo... Há vítimas escolhidas por Deus pa. orarem por ti e merecerem pa. ti¹¹”. A santificação, mas também o sacrifício, evidente no desprendimento das alegrias terrenas a que constantemente se alude, estão portanto presentes na representação que se constrói de Salazar. A

⁹ Apresentando Salazar como “Salvador da Nação Portuguesa”, “miraculosamente salvo dum infamíssimo atentado contra a sua vida”, diziam assim as Preces: “V. Haja paz, ó Deus, pelo vosso poder. R. E abundância nas vossa casas. V. Pelos merecimentos e preces da Rainha Santa Isabel. R. Sede propício, Senhor, ao vosso povo. V. Oremos pelo nosso chefe Salazar. R. O Senhor o conserve, e lhe conceda longa vida, e que lhe dê felicidade sobre a terra, e não o abandone jamais às ciladas dos seus inimigos”.

¹⁰ Sobre Fátima cf. Domingues, Bento, *A religião dos portugueses*, Porto, Livraria Figueirinha, 1989, mas também Cerqueira, Silas, “L’Eglise catholique et la dictature corporatiste portugaise”, *Revue Française de Science Politique*, vol. XXIII, n°3, Juin 1973. ”

¹¹ Cit. in Domingues, *op. cit.* P.97.

questão final desta minha comunicação é então simples: se nessa personagem encontramos um efeito de deslocamento e engrandecimento semelhante à que vimos para Afonso Henriques, podemos nós considerar Salazar um herói nacional?

Uma distinção entre ambas as personagens desde logo se impõe: Afonso Henriques é projectado como herói nacional séculos depois da sua morte, Salazar projecta-se no seu tempo. A transfiguração que o herói sofre no seu processo de constituição tem sem dúvida condições de ser mais eficaz após a sua morte, já que nessa circunstância é mais ténue o confronto com a própria realidade. Talvez uma situação de excepcionalidade, como uma guerra, possa fazer confluir numa personagem contemporânea as expectativas de uma comunidade nacional e ela se assuma assim como a corporização de uma identidade ameaçada. A conservação da heroicidade dessa personagem estaria na relação directa da intensidade e da durabilidade da ameaça. Parece-me aceitável a ideia de que com Salazar a “guerra”, mais simbólica que real, não foi suficientemente mobilizadora para fazer surgir um herói nacional.

Ele terá sido, mais correctamente, herói de grupos específicos, uma espécie de herói tutelar de alguns segmentos sociais, mas não uma personagem geradora de unanimidade, nem sequer temporária. Isto não invalida, evidentemente, todo o processo de construção de *argumentos de heroicidade* em torno dele. O que se procurou trazer aqui foi a ideia de que alguns dos *materiais* com que se *construiu* Afonso Henriques foram de novo utilizados com Salazar. Pode então defender-se que isso acontece porque tais “materiais” transcendem o sujeito que em determinadas circunstâncias os “veste”, para se afirmarem no universo de símbolos a que as sociedades sempre recorrem para se definirem e se pensarem no tempo histórico que as atravessa.